

"Fronteira é um espaço cinzento, onde tudo é possível"

EDILBERTO SASTRE – COORDENADOR DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DA OIT



Na fronteira, concentram-se fatores que agravam a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes. Os fatores são de diversas ordens: ambientais, econômicos, políticos e culturais. A análise é do sociólogo colombiano Edilberto Sastre, mestre

em Sociologia pela UnB e coordenador do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Conforme o sociólogo, no caso do Brasil, o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes ad-

quire uma complexidade ainda maior em razão da quantidade de fronteiras e das diferenças com os países vizinhos. "O Brasil tem fronteiras com dez países com condições ambientais tão díspares", observa Sastre. Além disso, há um forte elemento cultural: a fron-

teira é vista como o espaço onde tudo é permitido, "inclusive viver fantasias sexuais com crianças e adolescentes", diz.

Veja entrevista completa abaixo:

IVANAISE ANDRADE, ESPECIAL PARA O CORREIO DO ESTADO

Qual o contexto da exploração sexual nas fronteiras?

A exploração sexual é um fenômeno que se apresenta de maneira extensa no território. Ela envolve crianças, adolescentes e adultos, principalmente mulheres, mas também homens. Porém, nas fronteiras se vive uma concentração de fatores que favorece sua emergência. Num País com a configuração espacial do Brasil o tema fronteira torna-se mais complexo. Pela diversidade de fatores ambientais, econômicos, políticos e culturais e pelos desafios que isso tudo coloca. O Brasil tem fronteiras com dez países com condições ambientais tão díspares. São muitos os pontos com cidades vizinhas de lado a lado da fronteira. São muitos os pontos de entrada e saída para regiões imensas. A atividade econômica é tão diversa e dinâmica que comporta todo tipo de atividades, inclusive as informais e as ilegais. Temos economias como a boliviana ou paraguaia, bastante fragilizadas, com moedas desvalorizadas e dinâmicas populacionais intensas. A presença do Estado sempre foi estabelecida no sentido de demarcar um território a ser guardado, porém, isto não incluía necessariamente os cuidados com o desenvolvimento social dos povos dessas regiões. Isto configurou uma população, embora diversa culturalmente, geralmente pobre de maneira uniforme, confinada em atividades econômicas de subsistência e em muitos casos dependente das atividades informais e do contrabando de mercadorias. Todos esses fatores, aliados a uma baixíssima presença positiva do Estado, na forma de instituições de educação, saúde, programas de desenvolvimento local e regional sustentável, ao longo de séculos, criou um ambiente econômico, geopolítico e cultural que favorece a emergência da exploração sexual, entre outras mazelas. Esta é apenas uma consequência. A dívida social com os povos de fronteira é imensa.

O que difere a exploração sexual na fronteira de outros territórios?

Junto a todos os fatores econômicos, o elemento que dá estrutura à exploração sexual de crianças e adolescentes tem caráter cultural e histórico. O modo como se configura a correlação de poder entre homens e mulheres foi negativa para elas. Economicamente, politicamente, religiosamente, simbolicamente e, claro, sexualmente. A maioria das culturas mostra como as mulheres foram sexualmente submetidas à vontade masculina. Certo é que muito tem sido feito cultural e politicamente para disseminar uma outra forma de entender as relações de gênero. As mulheres têm conquistado espaços importantes que lhes permitem defender a igualdade de condições em todos os aspectos da vida, inclusive, no âmbito sexual. Porém, todas as conquistas não significam que a mentalidade de submissão tenha sido superada. Em territórios de fronteira essa forma de pensar é bem menos implícita, mas vivida muito abertamente. O esforço da sociedade por disseminar um discurso sobre a importância de equiparar os direitos de homens e mulheres mal chega às regiões periféricas da cultura e isso tem um correlato espacial. Quanto mais afastada seja uma região dos centros culturais, mais difícil é a incorporação de novos valores e mais presentes são os valores que

conservam ativos axiomas que entendem que homens são superiores às mulheres. O que é problemático é que isso implica a maior parte da população, inclusive a feminina. Cria-se assim um circuito negativo: valores machistas, sub-desenvolvimento econômico e social, falta de acesso aos debates sobre novos valores, falta de informação, marginalização cultural.

E como essa mentalidade influencia a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes?

Nesse ambiente, a exploração sexual de crianças e adolescentes em regiões de fronteira se torna um fenômeno corriqueiro e, na prática, naturalizado pela população. Há que fazer notar que as fronteiras são pontos de passagem. Se trata de territórios pelos quais circulam pessoas que vêm e vão para regiões que bem podem ser consideradas integradas economicamente e socialmente. Assim, em hipótese, seriam pessoas que teriam acesso a informação. No entanto, uma vez ali, se comportam de acordo com o conjunto de valores e possibilidades que um território como esse coloca. Pode-se entender a fronteira como um território de permissividade. Diante da ausência de instituições e de valores compartilhados, indivíduos terminam por permitir-se viver experiências que nas suas regiões ou cidades não viveriam. Usam o território de fronteira como um espaço cinzento no qual tudo é possível, inclusive, viver fantasias sexuais com crianças e adolescentes. Tem a certeza de que suas ações não deixarão rastro.

Qual a situação da ESCA nas fronteiras Brasileiras em comparação com outros países da América Latina?

Se compararmos as fronteiras dos outros países latino-americanos com as fronteiras do Brasil, vemos como se trata de fronteiras com características muito diferentes. Enquanto o Brasil se limita com dez países, os outros países tem apenas fronteiras compartilhadas com um ou dois países. Isso diminui muito o nível de complexidade em território de fronteira. Isso vale também para os países da América Central. Essa configuração espacial faz com que a situação dos demais países da América Latina seja menos complexa que a situação brasileira no que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Estudos feitos pela OEA e a OIM indicam que a dinâmica destas rotas de tráfico de pessoas inclui práticas típicas de escravidão contemporânea, tais como a ameaça, a retenção de documentos de identidade, o endividamento compulsório, maus-tratos físicos e morais e até o assassinato. A situação de crianças e adolescentes depende muito da situação dos adultos que cuidam delas. Assim, os processos migratórios afetam também as crianças fazendo destas suas primeiras vítimas quando circunstâncias adversas afetam a vida e o bem-estar dos migrantes.



LEONARDO PRADO/DIVULGAÇÃO



Pode-se entender a fronteira como um território de permissividade. Os indivíduos terminam por permitir-se viver experiências que nas suas regiões ou cidades não viveriam."

na fronteira Norte do Brasil, as características geográficas e culturais da Amazônia, sua história e o modo como foi planejado seu desenvolvimento formam um terreno fértil para processos de tráfico de seres humanos: fronteiras extensas com sete países vizinhos, isolamento geográfico e precária infraestrutura, sem fiscalização, uma migração desordenada, frágil presença das instituições governamentais, tanto na promoção de direitos básicos quanto na garantia da segurança pública.

Os mais vulneráveis são sempre as crianças e dentre elas, as meninas.

E nas fronteiras brasileiras?

A chamada Tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai que compreende os municípios de Foz de Iguacu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguacu (Argentina) formam um enclave fronteiriço que concentrou durante anos uma situação completamente inusitada: tornou-se fronteira turística e comercial de três países.

Isso gerou um ambiente que possibilitou a emergência da exploração sexual de crianças e adolescentes. Os clientes, geralmente, são homens mais velhos, turistas estrangeiros e brasileiros. Em 2002, um estudo da OIT identificou mais de 4 mil crianças e adolescentes no mercado sexual. No outro extremo, na fronteira Norte do Brasil, as características geográficas e culturais da Amazônia, sua história e o modo como foi planejado seu desenvolvimento formam um terreno fértil para processos de tráfico de seres humanos: fronteiras extensas com sete países vizinhos, isolamento geográfico e precária infraestrutura, sem fiscalização, uma migração desordenada, frágil presença das instituições governamentais, tanto na promoção de direitos básicos quanto na garantia da segurança pública.

Um prato cheio para se ter crianças, adolescentes e mulheres à deriva social e expostos aos interesses de redes de exploração sexual.

Quais as consequências da violência sexual para as vítimas e seus familiares?

A violência sexual contra crianças e adolescentes em suas diversas expressões, inclusive na exploração sexual, deixa marcas profundas tanto nas vítimas quanto nas pessoas do seu entorno, suas famílias, seus amigos, seus vizinhos. Destroí a capacidade individual de estabelecer

um projeto de vida construtivo e integrador, destrói os laços sociais que integram os indivíduos a suas famílias e comunidades e destrói também a autoestima das comunidades. Danifica, assim, o tecido social como um todo, pois dependendo do observador, o que ocorre com um determinado grupo social, ocorre com toda a sociedade. E dessa forma, constroem-se preconceitos que viajam mundo afora e vendem imagens negativas de um país, de uma cultura. É isso que faz com que a falsa ideia de um Brasil como paraíso sexual, seja veiculada no imaginário de milhões de turistas europeus.

Qual sua avaliação sobre as políticas públicas de enfrentamento?

As pesquisas também têm observado as políticas públicas desenvolvidas em torno dessa problemática. Não é pouco o que o Estado tem realizado, especialmente no Brasil. Desde a promulgação do ECA, em 1990, até hoje, a estrutura institucional e legal tem avançado de maneira significativa. Até o final dos anos 80, a estrutura do Estado e as políticas públicas estavam direcionadas no sentido de castigar, reprimir ou assistir "menores". Nos últimos 20 anos, o Brasil implementou um estado novo para atender os direitos de crianças e adolescentes,

com uma malha institucional que articula toda a rede de instituições que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos. É verdade que ainda é necessário completar essa malha institucional e mais verdade ainda que é necessário qualificar milhares de atores institucionais que atendem crianças e adolescentes, desde professores a policiais, profissionais de várias áreas, gestores municipais, estaduais e federais, juizes e delegados. Falta integrar poderosamente redes de instituições públicas e privadas e melhorar a comunicação com os adolescentes, falta melhorar a qualidade da informação na grande mídia. Mas tudo isso era nulo apenas duas décadas atrás.



Quanto mais afastada seja uma região dos centros culturais, (...) mais presentes são os valores que conservam ativos axiomas que entendem que homens são superiores às mulheres."